

posto de Major QOBM.

**Art. 2º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 03 de junho de 2022, 201º da Independência e 134º da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR  
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA  
Chefe da Casa Civil

WAGNER MESQUITA DE OLIVEIRA  
Secretário de Estado da Segurança Pública

56904/2022

**DECRETO Nº 11.298**

Designação para função de gestão pública da SEED.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições, e tendo em vista o contido no protocolado nº 18.990.352-9,

DECRETA:

**Art. 1º** Fica designada, de acordo com o art. 4º da Lei nº 17.744, de 30 de outubro de 2013, DEUSDETE EUSTAQUIO DE SOUSA, RG nº 4.227.185-3, para exercer a função de gestão pública de Assistente Técnico de Núcleo Regional – Símbolo FG-11, da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte, no município de Campo Mourão, ficando exonerada CICERA DE FATIMA FERNANDES DE SOUSA, RG nº 5.401.280-2.

**Art. 2º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 03 de junho de 2022, 201º da Independência e 134º da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR  
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA  
Chefe da Casa Civil

RENATO FEDER  
Secretário de Estado da Educação e do Esporte

56905/2022

**DECRETO Nº 11.299**

Nomeia ALINE SANTANA VAZ, para cargo em comissão da SEFA.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições, e tendo em vista o contido no protocolado nº 18.983.591-4,

DECRETA:

**Art. 1º** Fica nomeada, de acordo com o inciso III do art. 24, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, ALINE SANTANA VAZ, RG nº 10.395.886-5, para exercer, em comissão, o cargo de Assistente – Símbolo I-C, da Secretaria de Estado da Fazenda, ficando exonerada, a partir de 17 de maio de 2022, POLLYANA ZERBINATE, RG nº 9.355.134-6.

**Art. 2º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 03 de junho de 2022, 201º da Independência e 134º da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR  
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA  
Chefe da Casa Civil

RENÊ DE OLIVEIRA GARCIA JÚNIOR  
Secretário de Estado da Fazenda

56907/2022

**DECRETO Nº 11.300**

Institui o Programa Estadual de Educação Ambiental do Estado do Paraná e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere os incisos V e VI do art. 87 da Constituição Estadual, e considerando a Política Nacional de Educação Ambiental, instituída pela Lei Federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999; a Política Estadual de Educação Ambiental, instituída pela Lei Estadual nº 17.505, de 11 de janeiro de 2013 e o Decreto nº 9.958, de 23 de janeiro de 2014, que dispõe sobre o Regulamento e atribuições do Órgão Gestor da Política Estadual de Educação Ambiental e da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental, bem como o contido no protocolado sob nº 18.672.090-3,

DECRETA:

**Art. 1º** Fica instituído o Programa Estadual de Educação Ambiental do Estado do Paraná - PEEAPR, que detalha as linhas de atuação da Política Estadual de Educação Ambiental na educação formal e não formal, como instrumento de políticas públicas.

**Art. 2º** O Programa Estadual de Educação Ambiental do Estado do Paraná assume as seguintes diretrizes:

- I - aplicação dos princípios da transversalidade e interdisciplinaridade nos projetos, ações e campanhas de Educação Ambiental;
- II - mobilização e articulação das representações políticas estadual e municipal, na defesa da Educação Ambiental;

III - fortalecimento dos Sistemas de Ensino, do Sistema de Meio Ambiente e outros Sistemas que tenham interface com a Educação Ambiental;

IV - mobilização do setor público e privado, sociedade e organizações sociais na construção e efetivação de políticas públicas de Educação Ambiental;

V - fortalecimento da cidadania ativa para democracia, controle e participação social;

VI - fortalecimento da compreensão da Sustentabilidade Socioambiental e da Justiça Ambiental;

VII - integração das ações do Estado e sociedade; e

VIII - autonomia para que os territórios e instituições implementem seus projetos, ações e campanhas de Educação Ambiental.

**Art. 3º** São princípios do Programa Estadual de Educação Ambiental do Estado do Paraná:

I - a concepção do meio ambiente em sua totalidade e diversidade, considerando a interdependência entre as dimensões físicas, químicas, biológicas, sociais e culturais, sob o enfoque da sustentabilidade da vida;

II - o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva constante do diálogo entre a diversidade dos saberes e do contexto, articulados em um processo educacional baseado no pensamento crítico e inovador, em qualquer tempo ou lugar, em seus modos formal e não formal, promovendo a transformação e a construção da sociedade;

III - a vinculação entre a ética, a educação, a saúde pública, a comunicação, o trabalho, a cultura, as práticas socioambientais e a qualidade de vida;

IV - a garantia de continuidade, permanência e articulação do processo educativo com todos os indivíduos, grupos e segmentos sociais, com a crescente democratização dos meios de comunicação de massa e seu comprometimento com os interesses de todos os setores da sociedade;

V - a permanente avaliação crítica do processo educativo, com vista à formação de cidadãos com consciência local e planetária, que respeitem a autodeterminação dos povos e a soberania das nações;

VI - a abordagem articulada das questões socioambientais locais, regionais, nacionais e globais;

VII - a promoção de uma gestão democrática do patrimônio ambiental do Estado;

VIII - o diálogo e reconhecimento da diversidade cultural, de saberes, contextos locais e suas relações que proporcionem a sustentabilidade;

IX - a equidade, justiça ambiental e econômica, a partir da consciência ética sobre todas as formas de vida com as quais compartilhamos este planeta, respeitando seus ciclos vitais e impondo limites à exploração dessas formas de vida pelos seres humanos;

X - o exercício permanente do diálogo, da alteridade, da solidariedade, da participação, da corresponsabilidade e da cooperação entre todos os setores sociais, com a cooperação mútua e equitativa nos processos de decisão, em todos os níveis e etapas; e

XI - a coerência entre discurso e prática no cotidiano, para a construção de uma sociedade justa e igualitária.

**Art. 4º** São objetivos do Programa Estadual de Educação Ambiental do Estado do Paraná:

I - orientar o desenvolvimento de ações de Educação Ambiental que contribuam para a construção de sociedades sustentáveis e justas;

II - promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na preservação e conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente;

III - promover e desenvolver a Educação Ambiental de maneira integrada, interdisciplinar e transversal no currículo escolar e implantá-la como prática e princípio educativo contínuo e permanente, em todos os níveis e modalidades do ensino formal;

IV - promover ações de Educação Ambiental integradas aos programas de gestão ambiental do Estado;

V - promover, disseminar e democratizar de maneira ativa e permanente informações e práticas educativas socioambientais numa perspectiva crítica, transformadora e emancipatória em sua programação;

VI - promover programas destinados ao aprendizado e ao exercício da cidadania ativa, visando à melhoria e ao controle efetivo sobre o ambiente e os processos de trabalho, bem como sobre as atividades exercidas e respectivos impactos no meio ambiente;

VII - estimular a sociedade como um todo a exercer o controle social sobre as ações da gestão pública na execução de políticas públicas ambientais e atuação individual e coletiva voltadas para prevenção, identificação, minimização e solução de problemas socioambientais;

VIII - desenvolver programas, planos, projetos e ações de Educação Ambiental voltados a estimular a formação crítica do cidadão no conhecimento e exercício de seus direitos e deveres constitucionais na perspectiva socioambiental, com a transparência de informações sobre sustentabilidade e com controle social;

IX - divulgar amplamente a Política Estadual de Educação Ambiental e promover diálogos entre os diversos setores da sociedade, para seu cumprimento; e

X - promover e desenvolver a Educação Ambiental de maneira integrada e transversal no currículo escolar, contribuindo para o conhecimento e adoção de medidas de autoproteção em relação aos desastres ambientais de origem natural e/ou antrópica, bem como suas medidas de prevenção.

**Art. 5º** Compreendem o Órgão Gestor da Educação Ambiental as Secretarias de Estado com as respectivas atribuições:

I - Secretaria de Estado da Educação e do Esporte – SEED: compete à SEED, em parceria com a SETI, implementar as Normas Estaduais para a Educação Ambiental no Sistema Estadual de Ensino (Deliberação nº 04/2013 - CEE/CP), especificamente na Educação Básica, fundamentada nos princípios e procedimentos orientadores desta legislação que vem complementar as Diretrizes Curriculares Nacionais para

a Educação Ambiental (Resolução nº 02/2012 - CNE/CP);

II - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo – SEDEST: Compete à SEDEST e às suas vinculadas desenvolver e apoiar programas, planos, projetos e ações fundamentados na Política Estadual de Educação Ambiental de forma articulada, com ênfase em ações de Educação Ambiental não formal com foco nos processos de gestão ambiental e territorial do Estado, por meio de ações e práticas educativas para sensibilização, formação, mobilização e construção da cidadania ativa da coletividade, e nos processos decisórios de gestão ambiental e territorial do Estado do Paraná;

III - Superintendência de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná – SETI: Compete à SETI promover a articulação entre os diversos setores, instituições e órgãos públicos a ela vinculados no âmbito do Ensino Superior, para que possam destinar recursos humanos e financeiros com vistas a ações concretas no combate à exploração indiscriminada do patrimônio natural, dos bens ambientais e na defesa do meio ambiente sustentável;

IV - Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento do Paraná – SEAB: Compete à SEAB promover ações de Educação Ambiental no meio rural, integradas aos programas e projetos da pasta, em especial aqueles que visam: Prosofo e Microbacias - Gestão do uso, manejo e conservação do solo e da água; Campanha Plante Seu Futuro - Redução, controle e uso adequado de insumos agropecuários; Agroecologia - Processos de transição e consolidação dos agroecossistemas; Cadastro Ambiental Rural - Adequação ambiental da propriedade rural; Alimento Seguro e nutricional - Promover e qualificar o abastecimento e a segurança alimentar e nutricional; Elevar o status da agropecuária - Paraná Livre de Febre Afosa sem Vacinação; e

V - Secretaria de Estado da Saúde do Paraná – SESA: Compete à SESA articular, coordenar e supervisionar os planos, programas, projetos e ações na área de educação ambiental em saúde, no âmbito da SESA com base nos princípios e objetivos da Política Estadual de Educação Ambiental. É também competência da SESA elaborar e divulgar materiais educativos voltados a educação ambiental em saúde, além de inserir a educação ambiental na formação e qualificação dos profissionais de saúde e formular propostas de educação ambiental permanente para os mesmos.

**Parágrafo único.** Compete ao Órgão Gestor da Política Estadual de Educação Ambiental contribuir na elaboração do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA) dos próximos exercícios, a fim de viabilizar o Programa Estadual de Educação Ambiental, bem como os planos, projetos e ações nessa área.

**Art. 6º** Compete à Comissão Interinstitucional da Política Estadual de Educação Ambiental do Paraná – CIEA-PR

I - compartilhar, elaborar, estabelecer e acompanhar a implementação do Programa Estadual de Educação Ambiental, com efetiva participação da sociedade, estabelecidos no regimento interno;

II - fomentar parcerias entre instituições governamentais, não governamentais, instituições educacionais, empresas, entidades de classe, organizações comunitárias e demais entidades, que atuem na área de Educação Ambiental;

III - promover intercâmbio na esfera nacional e internacional de experiências e concepções, que aprimorem a prática da Educação Ambiental;

IV - contribuir com a articulação inter e intrainstitucional, convergindo esforços que visem à implementação da Política Nacional e Estadual de Educação Ambiental e à geração das Diretrizes Estaduais de Educação Ambiental;

V - contribuir para o aprimoramento conceitual das políticas públicas e propor ações de transversalidade em Educação Ambiental, nas atividades escolares em todos os níveis e modalidades de ensino, órgãos públicos e privados na esfera estadual e municipal;

VI - promover a Educação Ambiental considerando as recomendações da Política Nacional e Estadual de Educação Ambiental e deliberações oriundas de conferências de meio ambiente, educação ambiental, saúde ambiental, das cidades, de segurança alimentar, de justiça ambiental, serviço social e outras políticas públicas afetas;

VII - promover a divulgação da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental, perante os diversos setores da sociedade, por meio da realização de fóruns, simpósios, congressos, oficinas e seminários, com ampla participação popular;

VIII - fomentar as ações de comunicação socioambiental de forma contínua e permanente;

IX - propor aos órgãos competentes a destinação de dotação orçamentária, articulada com o Órgão Gestor, com o objetivo de realizar programa contínuo de formação e capacitação em Educação Ambiental;

X - analisar e propor projetos e ações de Educação Ambiental, mediante termos de cooperação entre os órgãos federais, estaduais, municipais e instituições privadas; e

XI - os membros desta comissão deverão responder e emitir pareceres ao Órgão Gestor, como condicionante para o pleno funcionamento daquele Órgão e os pareceres serão determinados conforme o regimento interno.

**Art. 7º** São linhas de atuação do Programa Estadual de Educação Ambiental do Estado do Paraná:

I - Gestão e Planejamento da Educação Ambiental – Monitoramento e Avaliação de Políticas, Programas e Projetos de Educação Ambiental, com os seguintes objetivos:

a) incentivar a colaboração entre os poderes públicos nos três níveis federativos (Federal, Estadual e Municipal) com a sociedade e organizações sociais, para implantação de programas setoriais de Educação Ambiental, por meio de acordos de cooperação, convênio e afins;

b) atuar na articulação entre os poderes públicos estadual e municipal para a efetivação da política pública de Educação Ambiental (OGEAs e CIEAs municipais);

c) integrar as políticas públicas das áreas de Educação Ambiental com as demais políticas vigentes, principalmente, as que envolvem setores e instâncias que constituem o Órgão Gestor da Política Estadual de Educação Ambiental;

d) assegurar a realização do Encontro Paranaense de Educação Ambiental - EPEAs

como instrumento de políticas públicas;

e) incentivar a participação e comunicação entre os Conselhos com temáticas relacionadas à Educação Ambiental;

f) investir na formação de gestores públicos em gestão e monitoramento ambiental;

g) promover parceria público/privada para o desenvolvimento de ações;

h) estimular a identificação, o reconhecimento e a valorização de boas práticas sustentáveis nos diferentes segmentos;

i) criar uma metodologia de monitoramento e avaliação dos processos de Educação Ambiental no Estado em parceria com o CIEA/OG;

j) propor a ativação, reestruturação, fortalecimento e financiamento do Sistema Brasileiro de Informação em Educação Ambiental (SIBEA), como aglutinador dos Portais Estaduais;

k) criar mecanismos para avaliação e monitoramento das ações de mitigação nos próprios territórios; e

l) aplicar os instrumentos da legislação ambiental na Educação Ambiental.

II - Educação Ambiental Não Formal no Estado do Paraná, com os seguintes objetivos:

a) fomentar a criação de redes de formação de educadores e educadoras ambientais envolvendo os diversos segmentos da sociedade;

b) diagnosticar e desenvolver parceria com instituições de ensino para pesquisa em temas relacionados à Educação Ambiental;

c) estimular e incentivar que as empresas, institutos, instituições de ensino, organizações da sociedade civil do Paraná implementem e apoiem projetos de pesquisa e extensão em Educação Ambiental;

d) garantir a disponibilidade de informação ambiental adequada e de forma contínua às diferentes regiões do Estado;

e) promover e apoiar a produção e a disseminação de conhecimento, conteúdos e recursos educativos na área da Educação Ambiental;

f) promover e apoiar a realização periódica de eventos de Educação Ambiental congregando órgãos públicos e privados, sociedade e instituições de ensino;

g) promover diálogos entre os diversos segmentos da sociedade, abordando temas relacionados às demandas socioambientais locais e regionais;

h) promover parcerias com instituições de ensino e outros parceiros da sociedade para desenvolvimento de projetos, ações e campanhas;

i) apoiar processos de formação continuada em Educação Ambiental;

j) capacitar membros de órgãos colegiados, comitês, conselhos e profissionais que atuam na gestão pública de meio ambiente nas três esferas de governo;

k) promover a articulação e a integração das ações da Educação Não Formal no âmbito dos projetos, ações e campanhas existentes;

l) implementar a Agenda Ambiental na Gestão Pública (A3P), principalmente nas instituições que integram o órgão gestor; e

m) inserir a Educação Ambiental como diretriz nos planos de bacia hidrográfica;

n) promover a articulação e a integração das ações de Educação Ambiental para gestão ambiental no âmbito dos processos de licenciamento e fiscalização ambiental.

III - Educação Ambiental por meio do Ensino Formal no Estado do Paraná, com os seguintes objetivos:

a) implementar e promover a Educação Ambiental nas instituições de educação básica e superior dentro dos princípios e objetivos que orientam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental e as Normas Estaduais para a Educação Ambiental no Sistema de Ensino do Paraná;

b) assegurar que as mantenedoras de ensino público e privado garantam recursos orçamentários para os projetos, ações e campanhas de Educação Ambiental;

c) garantir editais anuais e a destinação de verbas correspondentes para o desenvolvimento de ações de formação continuada, de extensão e de pesquisa em educação ambiental, especialmente, envolvendo escolas que atendem os povos do campo, das águas e das florestas (Povos Tradicionais e Indígenas);

d) articular a educação básica e superior, integrando ações no âmbito do ensino, pesquisa e extensão, visando à formação inicial e continuada dos profissionais da educação;

e) fazer cumprir o trabalho do Grupo Gestor SEED/SETI de Educação Ambiental formal;

f) constituir os Comitês Escolares de Educação Ambiental e os Comitês de Educação Ambiental nas instituições de Ensino Superior;

g) implementar a Deliberação nº 04/2013-CEE/PR;

h) apoiar a criação de núcleos regionais de educação da SEED/PR, setor específico de Educação Ambiental e alimentação saudável;

i) incentivar, orientar e prover condições para que as instituições de ensino em todos os níveis e modalidades se transformem em espaços educadores sustentáveis, por meio da integração e articulação das dimensões espaço físico, gestão democrática e organização curricular;

j) prover e implementar a formação continuada para os profissionais das instituições de ensino em todos os níveis e modalidades, visando à formação de valores ético-ambientais, a adoção de atitudes e a socialização do conhecimento, tendo a Educação Ambiental como tema transversal, interdisciplinar e transdisciplinar;

k) promover e fomentar o apoio a estudos, pesquisas, projetos, cursos e eventos de extensão na área de Educação Ambiental nas Instituições de Ensino Superior do Paraná, de maneira integrada aos programas de graduação e pós-graduação;

l) promover parcerias com instituições de educação não formal e movimentos sociais para desenvolvimento de projetos, ações e campanhas conjuntas;

m) instituir, apoiar e prover condições para a implantação de Núcleos de Educação Ambiental nas instituições de Ensino Superior para pesquisa, extensão e capacitação por bacia hidrográfica;

n) financiar projetos de produção de conhecimento, conteúdos e recursos educativos para a implementação da Educação Ambiental, destinados aos estudantes de escolas

públicas, especialmente, que atendam aos povos do campo, das águas e das florestas, bem como sua publicação e distribuição;

o) financiar intercâmbio interestadual e internacional para que estudantes da Educação Básica e Ensino Superior possam conhecer experiências ambientais sustentáveis e, divulgar conhecimentos adquiridos;

p) garantir a composição de equipe multidisciplinar (incluindo profissionais com formação específica da questão ambiental e das agrárias) para contribuir nos processos de formação continuada dos educadores envolvidos no Programa, bem como nos processos de implementação de práticas nas escolas; e

q) fomentar, junto às empresas públicas e privadas que gerenciam os resíduos sólidos, atividades de educação ambiental à população em geral no intuito de propagar a redução da geração de resíduos.

IV - Comunicação para Educação Ambiental, com os seguintes objetivos:

a) apoiar a criação, reformulação e veiculação de informações de caráter educativo sobre meio ambiente com linguagem acessível por meio da articulação das diversas plataformas de comunicação;

b) apoiar a criação de canais de acesso às informações ambientais, que possam ser utilizadas na produção de programação, veiculação de notícias, em outras formas de comunicação social;

c) estruturar recursos didático-pedagógicos e técnico-científicos para divulgação da Educação Ambiental;

d) manter atualizado o Portal Conexão Ambiental;

e) criar planos integrados de comunicação em Educação Ambiental;

f) incentivar a coleta e difusão de informações sobre experiências de Educação Ambiental junto à população em geral;

g) incentivar a criação e fomento de ambientes virtuais de Educação Ambiental;

h) subsidiar as rádios comunitárias e outros meios de comunicação com material e informações de Educação Ambiental, para disseminação do seu conteúdo; e

i) incentivar a criação de ações de comunicação e meios interativos como forma de disseminar conteúdos ambientais.

V - Fomento e Financiamento para Educação Ambiental, com os seguintes objetivos:

a) disponibilizar os recursos necessários para a viabilização do Programa Estadual de Educação Ambiental, com ênfase nos projetos específicos do PEEA, conforme Decreto nº 9.958, de 23 de janeiro de 2014;

b) captar recursos junto a fundos e agências financiadoras em âmbito estadual e nacional, com vistas ao lançamento de editais e linhas específicas para projetos, ações e campanhas de Educação Ambiental;

c) criar e manter Núcleos/Setores de Educação Ambiental nas Universidades Estaduais do Paraná (IES) para o desenvolvimento de pesquisas em Educação Ambiental;

d) promover parceria público/privada para o desenvolvimento de projetos, ações e campanhas de Educação Ambiental;

e) criar incentivos fiscais para o fortalecimento de projetos, ações e campanhas de Educação Ambiental;

f) aplicar recursos das medidas compensatórias e mitigadoras, bem como de condicionantes e multas dos processos de licenciamento ambiental para projetos de Educação Ambiental;

g) incluir recursos específicos para Educação Ambiental no Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA);

h) assegurar que os programas de assistência técnica e financeira, em âmbito estadual, aloquem recursos às ações de educação ambiental;

i) aplicar recursos de programas e projetos financiados, públicos e privados, em ações de Educação Ambiental;

j) aplicar recursos financeiros dos programas de extensão rural pública e privada voltadas para o desenvolvimento da agroecologia e da agricultura familiar, em Educação Ambiental;

k) aplicar recursos para a realização de fóruns, simpósios, congressos, oficinas, seminários, encontros e campanhas permanentes de educação ambiental, promovidos por universidades, instituições de pesquisa e de ensino, e os processos de formação continuada em educação ambiental para gestores públicos e sociedade, de acordo com a Lei nº 20.087, de 18 de dezembro de 2019; e

l) aplicar os recursos recorrentes dos instrumentos da legislação ambiental na Educação Ambiental.

**Art. 8º** Este Decreto entra vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 03 de junho de 2022, 201º da Independência e 134º da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR  
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA  
Chefe da Casa Civil

EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA  
Secretário de Estado do  
Desenvolvimento Sustentável e do  
Turismo

RENATO FEDER  
Secretário de Estado da Educação e do  
Esporte

56909/2022

#### DECRETO Nº 11.301

Designa MARCELO FERREIRA DA ROZA, para a função de gestão pública da Secretaria de Estado da Saúde – SESA.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, tendo em vista o contido no protocolado nº 19.051.118-9,

DECRETA:

**Art. 1º** Fica designado, de acordo com o art. 4º da Lei nº 17.744, de 30 de outubro de 2013, MARCELO FERREIRA DA ROZA, RG nº 68908620, para exercer, a

função de gestão pública de Chefe de Seção de Regional de Saúde – Símbolo FG-14, da Secretaria de Estado da Saúde, ficando exonerado MARÇAL HONORIO DOS REIS, RG nº 80448511.

**Art. 2º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 03 de junho de 2022, 201º da Independência e 134º da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR  
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA  
Chefe da Casa Civil

CESAR AUGUSTO NEVES LUIZ  
Secretário de Estado da Saúde

56910/2022

#### DECRETO Nº 11.302

Retifica o art. 2º do Decreto nº 11.266, de 01 de junho de 2022.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

**Art. 1º** Retifica o art. 2º do Decreto nº 11.266, de 01 de junho de 2022:

I - onde se lê: “Art. 2º Torna sem efeito a nomeação de JULIANA FERNANDA DE MORAES ARAUJO, RG nº 10.548.239-6, para o cargo de Chefe de Unidade de Regulação de Leitos – Símbolo 4-C, da Secretaria de Estado da Saúde, efetivada pelo Decreto nº 5.774, de 28 de setembro de 2020;”

II - leia-se: “Art. 2º Torna sem efeito a nomeação de JULIANA FERNANDA DE MORAES ARAUJO, RG nº 10.548.239-6, para o cargo de Chefe de Unidade de Regulação de Leitos – Símbolo 4-C, bem como a alteração de denominação para Chefe de Seção de Regional de Saúde, efetivadas pelo Decreto nº 5.774, de 28 de setembro de 2020.”

**Art. 2º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 03 de junho de 2022, 201º da Independência e 134º da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR  
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA  
Chefe da Casa Civil

CESAR AUGUSTO NEVES LUIZ  
Secretário de Estado da Saúde

56911/2022

#### DECRETO Nº 11.303

Transferências de funções de gestão pública do Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN, para o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional - FUNDEPAR.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

**Art. 1º** Ficam transferidas, até 31 de dezembro de 2022, da estrutura organizacional do Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN para o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional - FUNDEPAR, 2 (duas) funções de gestão pública de Assistente – Símbolo FG-13.

**Parágrafo único.** Após o prazo estabelecido no caput deste artigo, as funções de gestão pública retornam automaticamente ao órgão de origem.

**Art. 2º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 03 de junho de 2022, 201º da Independência e 134º da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR  
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA  
Chefe da Casa Civil

56912/2022

#### DECRETO Nº 11.304

Exonera, transfere e nomeia para cargo em comissão da Casa Militar.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

**Art. 1º** Fica exonerada JANAINA GAVLIK, RG nº 12.837.020-0, do cargo, em comissão, de Assistente – Símbolo 1-C, da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

**Art. 2º** Revoga a transferência de 1 (um) cargo de Coordenador Técnico – Símbolo 1-C, bem como a alteração de denominação para Assistente, do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social para a Secretaria de Estado da Segurança Pública, efetivada pelo Decreto nº 2.308, de 31 de julho de 2019.

**Art. 3º** Fica transferida, até 31 de dezembro de 2022, da estrutura organizacional do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social para a Casa Militar, 1 (um) cargo em comissão de Coordenador Técnico – Símbolo 1-C, alterando a denominação do cargo para Assistente.

**Parágrafo único.** Após o prazo estabelecido no caput deste artigo, o cargo retorna